

CASAS DE INSTRUÇÃO OU GRUPOS ESCOLARES? OS CASOS DAS CIDADES DE CEARÁ-MIRIM E SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Elis Sandra Cardnalle Victor de Lima¹
Iury Gabriel Amorim de Araújo²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo problematizar a construção de memórias locais em torno das instituições escolares denominadas de Casas de Instrução e Grupos Escolares Felipe Camarão e Barão de Mipibu. Respectivamente essas foram situadas nas cidades de Ceará-Mirim e São José de Mipibu, ambas localizadas no Estado do Rio Grande do Norte. Estes foram estabelecimentos de ensino de destaque na história da educação de suas localidades sendo sediadas em prédios construídos no final do período imperial. Nos referenciamos em autores como Nora (1993) e Le Goff (1990) para discutirmos acerca da memória e do documento-monumento, respectivamente e na compreensão de representação a partir de Chartier (1990), nos pautando assim na História Cultural. Metodologicamente nos utilizamos de uma análise documental a partir dos preceitos de Le Goff (1990). Por fim, identificamos a repetibilidade na ótica de representação da memória local acerca do processo de instalação desses estabelecimentos caracterizadas pelo enaltecimento ora da representação de escola republicana, ora da criação do prédio do período imperial, ambas atribuindo destaque à importância da educação para a história da cidade. Entretanto, por vezes demonstrando indistinção nas representações desses estabelecimentos em relação ao período em que existiram.

Palavras-chave: Grupo Escolar, Casa de Instrução, Memória, Instituições escolares, História da Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a construção de memórias locais em torno das instituições escolares denominadas de Casas de Instrução e Grupos Escolares Felipe Camarão e Barão de Mipibu, em especial sobre as representações repercutidas acerca do processo de transição entre esses tipos de escolas. Nos referimos, nesse sentido, aos casos das cidades de Ceará-Mirim e de São José de Mipibu, ambas no Estado do Rio Grande do Norte, nas quais foram construídos durante o Império, mais especificamente durante a década de 1870, prédios escolares que foram ambos batizados de Casa de Instrução. Essas trataram-se naquelas cidades de serem a primeira proposta de edifício escolar propriamente pensado³ para essa finalidade (SENNA, 1974; ARAÚJO, 1979; ARAÚJO, 2018; ARAÚJO, STAMATTO, 2019).

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, cardnallevictor@yahoo.com.br;

² Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, iurygabrielufrn@gmail.com;

³ Muito embora a criação das Casas de Instrução tenham sido propostas primeiro a própria memória local demonstra indícios de que elas não foram as primeiras a serem construídas. No caso de Ceará-Mirim ocorreu no

Décadas depois, devido as reformas oriundas da Primeira República no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Norte, foram instaladas ao longo da geografia potiguar uma série de Grupos Escolares, que eram consideradas como instituições modernas e higiênicas (AZEVEDO; STAMATTO, 2012). Dentre as cidades e vilas que foram contempladas com decretos e estabelecimento desses tipos de instituições estiveram os municípios de Ceará-Mirim e São José de Mipibu. Com isso, os Grupos Escolares dessas localidades foram denominados respectivamente de “Felippe Camarão” e “Barão de Mipibu”. Ambos foram instalados em edifícios preexistentes nessas cidades, quais fossem, nas antigas edificações denominadas de Casa de Instrução. Tal ocorrência se deu principalmente pelo fato daquelas instituições seguirem diversos preceitos higiênicos exigidos pela legislação da época (ARAÚJO, 2021; CRUZ, 2018).

Essas instituições adentraram na memória dessas cidades e passara a ser consideradas como monumentos e patrimônios da educação. Devido a sua contribuição educacional, passaram a ser tomadas como objetos de estudos no âmbito da História da Educação potiguar (ARAÚJO, STAMATTO, 2019; CRUZ, 2018). Nesse ínterim esta pesquisa se enquadra como mais uma contribuição para esta produção histórica, dedicando-se a compreender como memorialistas locais construíram documentos/monumentos (LE GOFF, 1990) reverberando representações acerca dessas instituições. Concordamos ainda com Araújo (2018) quando destacou para a pouca produção acerca dessas instituições denominadas de Casas de Instrução, que a carente preservação de documentos acerca delas constituem-se de um risco para a memória da educação e, conseqüentemente, para a produção histórica acerca delas. Logo, constituindo limites sobre a história da educação nessas localidades.

Orientados na perspectiva da História Cultural, buscamos “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Ou seja, nos dedicamos a partir dessas fontes impressas a perceber como nessas distintas localidades construíam-se discursos como realidades históricas e como estas apresentavam, ou não, essas instituições, suas diferenciações e transição entre uma e outra.

Alguns conceitos tomaram lugar na construção deste escrito. A partir dos pressupostos por Chartier (1990) pensamos o conceito de representação, o que nos permitiu interpretar as produções em torno dessas instituições escolares como intencionais, como formas em que os seus autores criaram maneiras de repercutir um olhar sobre o passado. Ou seja, como eles tentaram enaltecer, defender ou fortalecer “verdades” acerca das instituições escolares em sua

interstício entre a propositura e a confecção da Casa de Instrução a edificação do Colégio São Miguel, no centro da cidade pelo francês Louis Carboman Capdeville (ALVES, 2004).

relação com a história das cidades onde existiram, ao mesmo tempo em que se colocam como defensores de uma “memória oficial”. Outrossim, como demonstraram esquemas perceptivos sobre o passado a partir das suas construções, nas quais evidenciam os monumentos em que dispunham em seu tempo e que desejam preservar e difundir. Assim, compreendemos que “[...] As representações possuem uma energia própria que convence o mundo, a sociedade que o passado é mesmo o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23).

A perspectiva de lugar de memória a partir de Nora (1993) também fundamentou esse trabalho na medida em que se compreende que não há memória espontânea, mas sim produções intencionais não-naturais, há uma vontade de verdade em sua produção e desejo de promoção de uma memória coletiva. Assim, as práticas de elaboração de impressos constituem como ações de construção de memórias, essas que conforme Le Goff (1990) são produzidas com desejo de transmitir ao futuro uma versão da história em conformidade com os pressupostos de seus produtores. Ou seja, os memorialistas locais produziram registros com desejo de fazer perpetuar a sua compreensão de uma memória local oficial.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, tratamos de analisar apenas alguns dos registros impressos já localizados nessas duas cidades, produzidos por autores locais, memorialistas, que apresentavam dados sobre as antigas Casas de Instrução e que, concomitantemente, mencionavam ou situavam os Grupos Escolares que as sucederam.

Metodologicamente nos pautamos na análise documental, conforme Le Goff (1990), considerando que esses documentos que são também monumentos e não se configuram enquanto verdades absolutas, tampouco enquanto acesso direto ao passado. Mas são expressões elaboradas e que, ao enaltecer um fato, silenciam outros que não são de seu interesse. Portanto, é preciso compreender neles não uma história oficial, mas um discurso produzido a partir de um lugar social.

Apresentamos enquanto fontes neste artigo a obra “Ceará-Mirim Minha Terra” publicada na cidade de Ceará-Mirim no ano de 2002 pela professora, poetisa e escritora Vera Lúcia de Lima Barreto. Nesse livro encontram-se uma série de poesias que retratam fatos históricos e lugares da cidade. Junto deste, observamos o jornal local “O Vale”, mais especificamente a coluna publicada no ano de 2004 intitulada “Cultura” de autoria de Gibson Machado Alves, memorialista e professor da mesma localidade na qual apresenta uma chamada “Evolução histórica da educação no Ceará-Mirim” onde apresentou sobre as diferentes instituições escolares fundadas na geografia ceará-mirinense desde o período colonial à Primeira República. Por fim, destacamos a obra “História do Município de São José de Mipibu”, esta datada do ano de 1960, de autoria de Gilberto Guerreiro Barbalho. O livro

constitui-se de uma produção histórica acerca da cidade de São José de Mipibu fundamentada principalmente em registros impressos e oficiais que tratam da construção e modificações na localidade, desde o período colonial à República.

Ao analisar essas fontes, notamos que em todas elas destacam-se o estabelecimento de um discurso de enaltecimento das instituições escolares denominadas de Casas de Instrução e Grupos Escolares. Identificamos nesses documentos/monumentos uma forma comum de construção de “verdades”, mesmo que sejam as obras de anos, localidades e autores distintos. Na primeira obra apresentada não se percebeu a evidenciação dessas instituições em sua dissociação, assim, confundindo-se esses tipos de escolas. Nas outras duas obras percebe-se uma maior compreensão dos autores acerca dos processos históricos que criaram essas diferentes escolas. Entretanto, todas elas apresentam se preocupar em enaltecer a figura dos barões das cidades enquanto “heróis” da educação e patronos dos estabelecimentos de ensino. Como da importância desses estabelecimentos para a história da cidade.

MEMÓRIAS CEARÁ-MIRINENSES EM TORNO DA CASA DE INSTRUÇÃO E DO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO

O tema dos monumentos educacionais materializados na forma de prédios escolares, principalmente os que se remetem ao período imperial e início do período republicano, demonstram ainda ganhar os olhos de memorialistas locais da cidade de Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. Um sentimento nostálgico proposital tomou obras impressas que foram publicadas neste município, principalmente durante a primeira década desse vigésimo primeiro século.

Podemos aqui inicialmente apresentar a obra “Ceará-Mirim Minha Terra”, de autoria da escritora, professora e poetisa Vera Lúcia de Lima Barreto e publicada no ano de 2002. Nesta, a autora se auto apresenta como uma “poetisa consagrada” e a sua obra como uma forma de “retrospectiva” da história deste município considerando seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Assim, o livro compõe-se de uma série de poesias que demonstram girar em torno de momentos históricos seguindo uma ordem cronológica que destacam principalmente a colonização na região, a aristocracia canavieira, espaços da cidade, aspectos apontados como folclóricos e os profissionais locais.

Destacamos desta obra o poema intitulado “Patronos das escolas” por meio do qual, dentre seus versos, apresenta-se elementos que se demonstram como fragmentos de memórias

intencionais criadas para reverberar o fato do baronato do sr. Manoel Varela do Nascimento em função das suas “obras de valor educativo”. Vejamos alguns desses versos:

PATRONOS DAS ESCOLAS

Sempre procurei saber
 Com muita ansiedade
 Porque existe os Patronos
 E quem foram de verdade
 E o que eles fizeram
 Aqui em nossa Cidade
 E a história desses homens
 Chamou minha atenção
 Foram homens importantes
 Para a nossa formação
 Que deram a Ceará-Mirim
 Grande contribuição [...]
 Desde da nossa fundação
 O Coronel Manuel Varela
 Senhor de engenho e Barão
 Hoje ele está presente
 Na nossa educação [...]
 Este homem foi importante
 Desde a nossa fundação
 Coronel Manuel Varela
 Famoso da região
 Hoje ele é conhecido
 Como saudoso Barão
 Nascido aqui em Ceará-Mirim
 Em um pequeno interior
 Era um grande proprietário
 E tinha muito valor
 Foi um Senhor de Engenho
 E também agricultor
O Barão ergueu um prédio
E fez uma doação
Para uma escola da época
Chamada Felipe Camarão
Onde hoje funciona
A atual Escola Barão (BARRETO, 2002, s/p, grifos nossos)

O referido poema apresenta uma série de elementos que podemos destacar como propostas em tom de homenagem à dita elite ceará-mirinense, esta marcada pela figura do Barão de Ceará-Mirim, o sr. Manoel Varela do Nascimento. O fez de forma a engrandecer aquela personalidade do Império de larga influência política e aquisitiva. A partir disso, relatou sobre a criação de um prédio ao qual denominou, na sequência, de Escola Felipe Camarão. Assim, defende uma memória histórica que privilegia ações de um sujeito que é apresentado no escrito de forma honorífica. Essa era uma representação com o desejo provocar uma ansiedade nos leitores para tomá-lo como “grande herói da instrução pública” na história do município, tal qual a própria autora defendia e considerava. O poema era, pois, a replicação de sua compreensão e evidenciação de seu desejo de enaltecimento das personalidades locais.

Porém ao deter foco neste aspecto, a autora acabou silenciando sobre a própria dinâmica do processo histórico educacional da cidade sobre a qual relatava. Entendemos que ela se referiu no escrito ao processo que gerou o baronato de Manoel Varella do Nascimento, qual fosse a construção ou financiamento de um edifício escolar. Entretanto denomina-o de “Felipe Camarão”, deixando a entender que o Grupo Escolar Felipe Camarão fora uma obra daquele sujeito. Na sequência ainda aponta que foi nesse lugar onde foi instalado a Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Dessa forma, percebe-se uma não dissociação dos diferentes fatos que ocorreram na cidade em relação àqueles estabelecimentos de ensino.

Notamos que fora silenciado um longo percurso histórico naquela produção memorialística, o que culminou inclusive numa condensação entre períodos políticos da história do Brasil. Vejamos que a trajetória da primeira dessas instituições se inicia ainda no Império. O Relatório de Província do ano de 1874 afirmava que “Finalmente com muito prazer registro o donativo de 5:000\$000 feito pelo abastado agricultor, coronel Manoel Varella do Nascimento, para ser aplicado a um edifício para a escola na Villa do Ceará-Mirim” (RIO GRANDE DO NORTE, 1874, p. 31). Este documento oficial, se referia ao cerne da construção da Casa de Instrução da cidade de Ceará-Mirim. Relatos como este levaram autores como Araújo (2018) a compreender que esses abastados proprietários de terras e de vida pública e militar foram agraciados com título imperial de baronato pela proposição do financiamento para construção desses edifícios com projeção a serem doados para o serviço escolar público. O que culminou com a doação da Casa de Instrução no ano de 1878.

A compreensão acerca do baronato desse sujeito justificado pela promessa de doação do edifício por parte do coronel Manoel Varella do Nascimento demonstra ser uma justificativa unânime entre autores na produção histórica potiguar tais como Araújo (1979), Cascudo (1972), Moreira (2005) e Senna (1974). Junto disso, Araújo (2018) explicou que nesse prédio funcionavam aulas para meninos. O referido autor propôs também a hipótese de que nesse estabelecimento foram ministradas aulas da cadeira de latim ministrada de forma conjunta com a cadeira de francês. Nessa época, conforme Araújo (1979), essa forma híbrida foi autorizada pela Lei nº 953 de 16 de abril de 1885, sendo tais cadeiras cumulativas dependentes do Ateneu, instituição responsável pelo ensino secundário na província.

Todo esse processo histórico foi apresentado com maior riqueza de detalhes na publicação de autoria de Gibson Alves (2004) quando na coluna “Cultura” apresentada pelo Jornal O Vale apresentou dados mais detalhados sobre a chamada instrução municipal. Na referida publicação, ao se referir ao processo de criação de escolas no período Imperial mencionou:

O Coronel Manoel varela do Nascimento, construiu um moderno prédio que em seguida fez doação a Província. Serviu de escola com a denominação de CASA DE INSTRUÇÃO. Entregue o prédio a 05 de novembro de 1878, com a instalação do ATENEU CEARAMIRINENSE, os móveis doados por Dr. Inácio Fernandes Barros foram comprados diretamente dos Estados Unidos.

ATENEU até 1909 pelo Decreto nº 266, de 22 de março de 1912 ‘;e criado o Grupo Escolar “Philipe Camarão”, inaugurado a 18 de agosto do mesmo ano, sob a direção do Professor Bernadino Dantas e aula inaugural em 20 de agosto. Atualmente denomina-se Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim, já em outro prédio, o antigo foi demolido pela administração municipal na década de 1950.

Por sua vez, Gibson Alves demonstra uma preocupação em apresentar ao leitor do jornal local as diferentes fazes que envolveram aquele prédio escolar no centro da cidade de Ceará-Mirim. Destaca que no período imperial houve a criação da Casa de Instrução, como fruto da ação do então Barão de Ceará-Mirim, e apresenta uma segunda representação acerca daquela instituição, a de que fora chamada também de “Ateneu Ceará-Mirinese”. Tal afirmação corrobora com as compreensões de Araújo (1979) e Araújo (2018) de que aquela instituição servia para o ensino de latim e francês, estando subordinada ao Ateneu da capital potiguar, ou mesmo inspirada nesse.

O autor também aponta para o seu desfecho e anuncia que anos depois houve uma inauguração de outro tipo de escola naquele mesmo prédio, qual fosse um Grupo Escolar. Demonstrando assim atenção a diferenciação dos períodos históricos e das instituições escolares. Na sequência anuncia que a escola correspondia no ano de 2004 à Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim, porém em um outro prédio. Assim, identificava três momentos: a construção da Casa de Instrução, também chamada de “Ateneu Cearamirinese”, o aproveitamento do prédio para sediar o Grupo Escolar “Philipe Camarão” e a sua demolição seguida de substituição predial.

Por sua vez, destacar ao aspecto da demolição do prédio demonstra ser uma forma do autor de chamar a atenção para a conservação do patrimônio material escolar da cidade. O que nos permite interpretar que, para ele, a demolição do prédio da antiga Casa de Instrução, e que também sediou o Grupo Escolar da cidade, significava a demolição de parcela da própria memória da educação ceará-mirinese.

MEMÓRIAS MIPIBUENSES EM TORNO DA CASA DE INSTRUÇÃO E GRUPO ESCOLAR

O ano de 1879 assinala um acontecimento de alto sentido educacional para os destinos da Cidade. Efetivamente, nêle se iniciaram as discussões em torno da criação da chamada “Casa de Instrução”, atual Grupo Escolar Barão de Mipibu, cujo nome é uma

homenagem a Miguel Ribeiro Dantas, Barão por decreto imperial, que doou ao Município (BARBALHO, 1960, p.138-139).

No que tange ao município de São José de Mipibu, a obra de Barbalho (1960) é, até este momento da pesquisa em curso, a que apresenta maior riqueza de informações fundamentadas em documentos no que se refere ao histórico da cidade e da construção de escolas na localidade. O fragmento acima transcrito, trata do momento da obra em que o autor expõe sobre o início do percurso de construção da Casa de Instrução do município.

Ao observar o trecho percebe-se o enaltecimento produzido pelo autor acerca daquele fato. A construção daquele edifício marcaria um avanço importante para a instrução na região e na arquitetura da cidade, que em seu centro se constituía principalmente de alguns edifícios públicos. Como destacou na mesma obra, ao fim do Império “[...] possuíamos um cemitério, um mercado, uma feira bem concorrida, uma igreja com sino e torres, uma casa de instrução. A figura do Juiz de Direito dava maior seriedade e tranquilidade ao Município” (BARBALHO, 1960, p. 144).

Assim, a construção da Casa de Instrução é vista na obra como uma ação pioneira do barão de Mipibu, o abastado Miguel Ribeiro Dantas. Tal como as obras ceará-mirinenses destacavam o barão Manoel Varella do Nascimento. Em ambas as cidades se percebe em suas produções escritas a apresentação da concordância e visão de uma espécie de benfeitora na atitude dos barões.

Mais que isso, como um sujeito que publicou um livro na década de 1960, entende-se que Barbalho viu com os próprios olhos o funcionamento do Grupo Escolar Barão de Mipibu. Este identificou-o de forma a dissociar aquela instituição da sua antecessora, a Casa de Instrução. Portanto, afirma que, quando produziu sua obra, já não era a escola criada no Império que estava em atividade, mas sim um outro tipo de instituição escolar. O mais importante nesta informação é que ele demonstrou preocupar-se em dissociar os períodos políticos ao se tratar desses estabelecimentos.

No que se refere a essa transição entre períodos e substituição de escolas, a produção histórica atentou para este fato como sendo uma continuação de um insipiente movimento iniciado na Cidade de Ceará-Mirim. Conforme Araújo (1979, p.48).

Como seguidor de Manoel Varella do Nascimento, Barão do Ceará-Mirim, conheceu apenas referências feitas ao gesto de Miguel Ribeiro, que doou um prédio escolar a São José de Mipibu, em consequência, recebeu o título de Barão de Mipibu, por Decreto Imperial de 18 de março de 1877.

A projeção de ambas as edificações em um mesmo período demonstrava que a ideia circulava entre aqueles sujeitos de largo poderio econômico. Inclusive, ambos tinham laços de familiares com a cidade de Ceará-Mirim. O próprio barão de Mipibu se casara com sua prima naquela cidade, muito embora tenha abandonado o casamento (CASCUDO, 1946). O que indica que havia pontos de convergência entre esses sujeitos: situação socioeconomia, pública e por circularem também em espaços em comum na Província.

Concordamos ainda com Cruz (2018, p. 5) quando afirma que aquele feito nas cidades “[...] revela o poder econômico local da elite e o prestígio da localidade para a região, bem como a influência e o contato dos barões com outros lugares que já iniciavam o processo de introdução de espaços dedicados à educação, como a capital do país, o Rio de Janeiro”. Principalmente considerando que quase não havia naquele período edifícios construídos para sediar escolas, como citou. Isso nos leva a supor, e abre uma nova hipótese para pesquisa, de que aquela instituição não serviria à toda a população, mas sim à elite que proporcionou a sua existência, ou seja, a mesma população que residia no centro da cidade, espaço ao qual o prédio se tornara acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os documentos/monumentos evidenciam a importância das instituições escolares na história das cidades uma vez que foram selecionadas enquanto temas para compor as suas obras. O que pode ser compreendido pelo fato de que uma parte desses escritores serem também professores e desejarem defender a causa da importância da educação na construção da cidade. Por outro lado, evidencia-se que no início do século XXI ainda havia dúvidas e confusões em torno do processo histórico-educacional pelo qual também se construiu a cidade de Ceará-Mirim, o que pode ser percebido na carência e silenciamento de informações na obra poética ceará-mirinense de Barreto (2002) que não permitiam ao leitor dissociar os distintos períodos políticos e as instituições que permitiram ser criadas. Por outro lado, sendo possível na obra compreender o amplo destaque e louvor à figura do Barão de Ceará-Mirim visto como um “herói” da educação na cidade.

Entretanto, dentre as obras estudadas, esse silenciamento não foi uma constante, visto que nos escritos de Alves (2004), no contexto de Ceará-Mirim, e Barbalho (1961), no cenário de São José de Mipibu, a trajetória histórica da educação é apresentada e delineada cronologicamente. Esses autores demonstram maior atenção em evidenciar que houveram instituições distintas que ocuparam, em períodos diferentes, o mesmo prédio. Ou seja,

inicialmente houve a construção da Casa de Instrução, e que, posteriormente, o mesmo prédio serviu para sediar os Grupos Escolares das cidades de Ceará-Mirim e São José de Mipibu. Isso demonstra que, aos poucos, a memória local foi embecendo-se de uma melhor compreensão dos processos históricos como meio de tentar autenticar sua versão acerca da memória das instituições escolares, reverberando representações existentes na região. O que só pode ser percebido ao analisar o documento enquanto monumento, e não a sua “pura verdade”, questionando-o. Visto isso, e considerando que esta é uma pesquisa que não se encerra nesta produção, notamos a importância de investigar outros registros da memória local dessas cidades, incluindo também fontes digitais, para perceber se essas nuances permanecem ou não à tona.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gibson Machado. A instrução Municipal. *Jornal O Vale*, Ceará-Mirim, 5 jun. 2004. *Cultura*, p. 09-09.

ALVES, Gibson Machado. **Ceará-Mirim Memória Iconográfica**. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2008.

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de. **A construção histórica do Grupo Escolar Felipe Camarão: um marco para a instrução pública no município de Ceará-Mirim (1874-1920)**. Anais III CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/44192>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

ARAÚJO, I. G. A. de; STAMATTO, M. I. S. Educação em Ceará-Mirim: uma trajetória histórica. In. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetinga: v.6, n.1, jan./mar. p. 47-50, 2019

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1979.

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Escola da ordem e do progresso: Grupos Escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BARBALHO, Gilberto guerreiro. **História do município de São José de Mipibu** (em comemoração à data do seu Bicentenário – 22-262). Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Editora NAP S. A., 1961.

BARRETO, Vera Lúcia de Lima. **Ceará-Mirim Minha Terra**. Ceará-Mirim: TECMÍDIA, 2002.

CASCUDO, Luis da Câmara. Os Barões Norte-Rio-Grandenses. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Tip. GALHARDO, 1946, p. 40 – 49.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal-RN, Fundação José Augusto, 1972.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. **Fronteiras**. v. 13, Nº 24. p. 169-183, 2011.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Da suntuosidade à funcionalidade: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1971)**. 2018. 208f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A arquitetura escolar na construção do imaginário republicano. **Acta Scientiarum**. Education, Maringá, v. 40, n. 2, p. 7-8, jun. 2018. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012018000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 set. 2023. Epub 01-Mar-2018. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i2.35554>.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN – 1908-13**. 2005. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

RIO GRANDE DO NORTE. Bandeira de Mello Filho. **Relatório de Presidente de Província. Falla 13 jul. 1874**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115981/1874%20-%20Recorte%20Educa%3%a7%3%a3o%20-%20Relat%3%b3rio%20Provincia%20RN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 jun. 2023.

SENNA, Júlio Gomes de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional (1938-1972)**. Rio de Janeiro: Potengi, v. 2, 1974.